

Duas vezes Jorge: o silenciamento como permanência do autoritarismo na República Dominicana¹

Twice Jorge: silencing as the permanence of the authoritarianism in the Dominican Republic

Victor Miguel Castillo de Macedo

Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

Neste artigo analiso a ausência de transição política na República Dominicana da década de 1960 através de fragmentos da vida de um revolucionário e seu filho. Este é um desdobramento de minha tese sobre ex-combatentes da Revolução de Abril de 1965 em Santo Domingo, capital do país. Durante a pesquisa de campo, conheci pessoalmente o senhor que era um pré-adolescente quando foi preso em 1967 pelo serviço secreto do governo de Joaquín Balaguer (1966-1978). A história, comentada nos jornais da época, levanta um problema quanto ao entendimento atual do que foi a revolução: se para muitos dos ex-combatentes foi bem-sucedida e hoje é reconhecida pelo governo dominicano como uma efeméride pátria, parte de seus efeitos foram silenciados. A transição democrática esperada pelos revolucionários se transformou em 12 anos de tirania, mesmo tendo sido chancelada pelo voto popular. O caso traz a chave temporal dos efeitos estendidos do pós-revolução de 1965, o retorno do autoritarismo e sua diluição num regime supostamente democrático. Meu objetivo é demonstrar que nas trajetórias desses revolucionários se encontram fragmentos e enredos que permitem um entendimento das permanências do autoritarismo na República Dominicana.

Palavras-chave: Silêncio, Reparação, Autoritarismo, Transição política, República Dominicana.

¹ Este texto é uma versão com algumas modificações da reflexão apresentada primeiramente no GT “80 Transições Democráticas e Controle Social: repensando marcações temporais”, da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia. Parte desta reflexão também compôs o quarto capítulo de minha tese de doutorado (CASTILLO DE MACEDO, 2021a). Vale frisar, no entanto, que apesar de semelhante pelos materiais que se utiliza, o texto tem direcionamentos distintos em seu objetivo e suas conclusões. A pesquisa que permitiu esse texto recebeu apoio do Projeto de Pesquisa de Bancada coordenado por Olivia Gomes da Cunha, com apoio da FAPERJ (CNE2018-E-26/202.758/2018) e do CNPq (EU-439103/2018-5). Durante a escrita recebi apoio da bolsa de pós-doutorado FAPESP (processo 2021/05444-0) com a supervisão de João Felipe Gonçalves. Aproveito para agradecer os excelentes pareceres da Revista Antropolítica, que permitiram o rearranjo do texto.

Recebido em 11 de fevereiro de 2022.
Avaliador A: 28 de abril de 2022.
Avaliador B: 25 de maio de 2022.
Aceito em 30 de junho de 2022.



ABSTRACT

In this article I analyze the absence of political transition in the Dominican Republic from the 1960's from the fragments of the life of a revolutionary and his son. This is a development of my PhD dissertation about former combatants of the 1965 April Revolution, in Santo Domingo, the Dominican capital. During the fieldwork I met the man who was a teenager when he was arrested by Joaquín Balaguer government's (1966-1978) secret service in 1967. The story, addressed by the newspapers of that time, brings about a problem to the contemporary understanding of the revolution: while for many of the former combatants it was a successful endeavor, also recognized by the current government as a national event, part of this history remains silenced. The democratic transition expected by the revolutionaries turned into 12 years of tyranny, although it was endorsed by popular vote. The case presents the temporal key of the extended effects of the aftermath of the 1965 revolution, the authoritarian comeback, and its dissolution towards a supposedly democratic regime. I aim to demonstrate that in the stories of these elders one can find many common fragments and plots that allow an understanding of the permanencies of the authoritarianism in the Dominican Republic.

Keywords: Silence, Redress, Authoritarianism, Political transition, Dominican Republic.

INTRODUÇÃO

“Tristeza não tem fim, felicidade sim...”. Eu acabara de conhecer Jorge Puello Soriano. Ao ouvi-lo cantar esse trecho da canção *A felicidade*, de Vinícius de Moraes e Tom Jobim, uma das músicas brasileiras que conheceu durante o exílio na Itália nos anos 1970, senti saudades de casa. Estávamos separados pelas grades de ferro da *Fundación de Solidaridad con los Héroes de Abril* (Fusha), em Santo Domingo, na República Dominicana. Aguardávamos a volta do presidente da fundação, Tirso Medrano, que havia saído para fazer um pagamento no banco com a chave da grade que nos separava. A voz marcante e bem ritmada do poeta, músico e dançarino foi uma surpresa agradável. Naquele momento, sem saber, eu ouvia a voz de uma das pessoas que sofreram diretamente com as consequências da revolução dominicana de abril de 1965.

*

O presente trabalho analisa fragmentos da vida de Jorge Antonio Puello Soriano (Don Jorge ou Jorgito), a pessoa mais jovem a ser torturada pelo governo dominicano nos anos 1960, e seu pai, Jorge Puello Soriano, El Men, revolucionário de 1965, como índices da ausência de transição política dominicana. Conheci Don Jorge durante a pesquisa de campo com ex-combatentes da revolução de abril de 1965 em Santo Domingo (capital da República Dominicana). Na pesquisa acompanhei o dia a dia da Fusha e sua luta pelo reconhecimento e pela reparação das condições de vida dos ex-combatentes idosos. Don Jorge era uma criança de 14 anos na primeira vez que foi preso pelas forças paramilitares do governo de Joaquín Balaguer (1966-1978) e tinha 15 ao ser torturado pela primeira vez. Sua história, comentada nos jornais da época, levanta um problema para o entendimento atual do que foi a revolução: há um enorme silêncio a respeito de diversas violências estatais e paraestatais que decorreram dos conflitos da revolução.

Para explicar como a Revolução de Abril de 1965 se articula a uma linha temporal marcada por lutas contra o autoritarismo e a opressão na República Dominicana, retomo parte da trajetória do pai de Don Jorge. Apesar do nome homônimo, Jorge Puello, seu pai, é conhecido pelos ex-combatentes como El Men, devido à sua bravura na luta revolucionária (algunha que poderia ser traduzida como “o cara”; no entanto mantereí o uso do apelido em espanhol, para evitar a confusão com o filho). Através dos percursos de El Men e seu filho, quero explicitar a articulação entre o fim da ditadura de Rafael Leónidas Trujillo (1930-1961), a revolução de 1965 e os 12 anos da ditadura de Balaguer (antigo braço direito de Trujillo) iniciada em 1966.

Ao passar da história do pai para o envolvimento do filho, acompanho também as articulações e movimentações das organizações da esquerda dominicana no período autoritário. As várias prisões que culminaram no exílio de El Men para a Europa, primeiramente na França e em seguida na Itália, são descritas de acordo com o nível de detalhe que pude captar em nossa conversa, via ligação de WhatsApp, uma vez que não pude voltar a campo, devido à pandemia de Covid-19. Apesar da condição adversa em que ocorreu o diálogo, sigo a indicação de Sidney Mintz, quando comenta que “o empreendimento etnográfico deve voltar-se para algum objetivo relacional” (MINTZ, 1984, p. 49). Ele segue explicando que fatos “dificilmente” existem sem relações. Com isso, o antropólogo quer dizer, ao defender o método de “história de vida”, que não só o acesso a determinados acontecimentos e sua narrativa ocorrem em campo; seu entendimento e possível enquadramento se dão por causa das relações construídas na pesquisa. Ainda que aqui não pretenda replicar uma análise de “história de vida”, esse apontamento metodológico ajuda a conectar diferentes períodos dominicanos. O que é exposto neste texto é um olhar sobre “aquilo que ficou do que foi vivido”, como propõe Cynthia Sarti (2019, p. 507).

O caso de Don Jorge é exemplar, porque procurei conviver com ele antes de apressar a conversa sobre seus itinerários. Só assim pude entender que, por suas relações, sua trajetória e a abominável violência que sofreu, sua história contém elementos comuns à experiência de muitos ex-combatentes e/ou pessoas ligadas à resistência democrática na República Dominicana. É por isso que a narração de sua trajetória expõe certa conformidade com a herança dos 12 anos de *autoritarismo* que se instalaram à medida que o tempo passou. Aqui dialogo também com as circunstâncias propostas por Christian Krohn-Hansen (2009, p. 5) para evitar a reprodução de análises clássicas sobre o autoritarismo: primeiro, não é um homem que detém todo o poder; segundo, a análise do regime deve se basear em dinâmicas do cotidiano; terceiro, Estados autoritários devem ser vistos como conjuntos de práticas culturais. O autoritarismo aparece, portanto, também como efeito de um conjunto de relações.

O silenciamento, tanto em termos práticos (em nome da ordem) quanto no sentido analítico de dispositivos de saber-poder, como descrito no primeiro capítulo da obra de Michel-Rolph Trouillot (1995, p. 26-29), pode ser um meio para compreender as maquinações autoritárias. Meu objetivo é demonstrar a forma como o silenciamento dessas histórias fabrica uma realidade comum a muitos dominicanos e dominicanas. Um lugar onde não houve tribunais nem comissões para a busca de verdade, justiça e memória pede que escutemos seus sobreviventes a partir dos quadros que eles nos oferecem.

Antes de passar às histórias do grande combatente El Men, quero fazer um comentário sobre a República Dominicana e a ausência de transições políticas *de facto*.

EBULIÇÕES/EFERVESCÊNCIAS DOMINICANAS

A Revolução de Abril de 1965 é um evento crítico no sentido explorado por Veena Das (1995, p. 6). Seus efeitos são multiplicidades espalhadas por passados e futuros, alcançando não só a paisagem de ruínas da cidade de Santo Domingo, mas também os bairros de Nova York (caso do predominantemente dominicano Washington Heights) e os silêncios da assombrosa história recente da ditadura brasileira². A título de aproximação, vale a pena perpassar por alguns

2 A presença de dominicanos em Nova York foi analisada pelo sociólogo Jesse Hoffnug-Garskoff (2013). O aumento de pedidos de visto no pós-revolução é um ponto que não abordarei neste texto. O papel do Brasil na Revolução de Abril de 1965, apoiando o exército estadunidense, foi observado por Thomas Skidmore (1982, p. 397) como uma prova das relações entre militares dos dois países. Carlos Fico também tece alguns comentários (2008, p. 34 e 155-166), mas é no pequeno livro de Raimundo Caruso que se encontra uma análise mais detida de

acontecimentos e dados, para informar olhares brasileiros sobre as questões a serem tratadas.

A República Dominicana divide uma ilha com o Haiti. Foi na porção de terra que tem Cuba a noroeste, Porto Rico a sudeste e Jamaica à leste que se consolidaram as primeiras instâncias/instituições coloniais/colonizadoras do hemisfério, tais como a cidade no modelo de tabuleiro, a catedral e a universidade, entre outras. O nome da ilha – para alguns, Hispaniola ou Quisqueya; para outros, Aytí – é objeto de controvérsias o suficiente para compreendermos que se trata de um território marcado por convulsões sociais³.

Na região de Santo Domingo, hoje a capital da República Dominicana, em 1521, houve a primeira revolta de escravizados africanos na ilha (ACEVEDO, 2019). Praticamente três séculos depois, em 1804, a República do Haiti foi criada, com a libertação de todos os escravizados da ilha. Em 1822, o domínio haitiano expande-se ao lado do território que pertencia à Espanha. Essa ocupação permanece até 27 de fevereiro de 1844, data que marca a independência comemorada pelos dominicanos. Em 1861, parte da elite que restou do país articula o retorno do jugo espanhol, que durou até 1865. É o ano do fim da chamada Guerra de Restauração, quando os dominicanos conseguiram se livrar do domínio espanhol. Para recobrar as demandas econômicas de tantos anos em estado de guerra, produtores de tabaco e cana-de-açúcar do país recorrem ao pujante vizinho do norte – os Estados Unidos, nas últimas décadas do século XIX.

Desde o início dessas relações, o interesse maior dos estadunidenses era anexar a ilha toda a seu império. Diversas justificativas eram mobilizadas, mas a tratativa não chegou a se concretizar. Não foi necessário. Devido aos créditos oferecidos aos produtores dominicanos, que não puderam dar conta das dívidas acumuladas, o governo dos Estados Unidos negociou o controle alfandegário dominicano com os governos da virada do século. Essa situação se arrasta até 1916. Naquele ano, os Estados Unidos, em nome dessas mesmas dívidas acumuladas, ocupam o território dominicano, obtendo o controle total do país. O mesmo ocorre com o vizinho Haiti, um ano antes. A ocupação se estende até 1924, quando muitas empresas estadunidenses se consolidam na produção de açúcar e a fronteira com o Haiti é delimitada e controlada pelos militares imperialistas. Nessa época, muitos dominicanos se formavam nas academias militares dos norte-americanos. Um deles foi Rafael Leónidas Trujillo – o ditador subiu ao poder em 1930 e, com o apoio dos Estados Unidos e da Igreja Católica, se tornou um dos ditadores mais violentos e poderosos de todo o hemisfério. Por meio de um Estado autoritário, empreendeu

Florestan Fernandes (1988), entre outras entrevistas e textos.

3 Para um trabalho que explora as fundações do antagonismo e as solidariedades entre dominicanos e haitianos, ver a obra de Ann Eller (2016, p. 238) *We dream together*.

uma série de reformas econômicas e de infraestrutura para modernizar a economia dominicana. O crescimento econômico que gerou também foi lucrativo para sua família, que passou a ser a principal acionista de todas as empresas estatais e a maior detentora de terras do país.

Christian Krohn-Hansen (1997), inspirado por Maurice Bloch, faz uma leitura a respeito do simbolismo de violência que contém esse emaranhado de agenciamentos sob a alcunha de Estado no caso dominicano: sua origem, para o autor, estaria no massacre de mais de 30 mil haitianos na fronteira do país com o Haiti em 1937. Como um sacrifício inaugural do Estado enquanto detentor do monopólio da violência, o episódio legitima um tipo de poder que, segundo a leitura de Krohn-Hansen, se reproduz de diversas outras formas na vida dominicana até hoje. Talvez o rito do massacre tenha performado o caráter racializado do Estado dominicano. No entanto, essa relação não se resume aos termos Haiti-República Dominicana; contém também os Estados Unidos como outro ponto de apoio.

Somente em 1961 o ditador foi assassinado ou “*ajusticiado*”, como dizem os dominicanos progressistas. Boa parte do aparato estatal autoritário que ele criou se manteve, bem como o cultivo de um nacionalismo anti-haitianista/racista e uma aversão anticomunista. O país conheceu suas primeiras eleições democráticas em 1962, quando foi eleito Juan Bosch, intelectual opositor do antigo regime de Trujillo. A Constituição aprovada pelo governo Bosch tinha como um de seus diferenciais a separação entre Estado e Igreja. Seu governo propôs também uma série de reformas para dirimir os abismos sociais do país. Iniciado em janeiro de 1963, não passou do mês de setembro.

Bosch foi deposto por uma articulação entre militares e grupos da oligarquia dominicana, inclusive alguns que concorreram contra ele nas eleições de 1962. Em seu lugar, foi posto um triunvirato formado por notáveis da sociedade que não durou até o ano de 1964 e foi dissolvido num Conselho de Estado. O conselho era encabeçado por Donald Reid Cabral, jovem empresário e membro da oligarquia. Seu breve comando foi marcado por muitas greves e pela crise econômica, devido à seca nos campos de cana-de-açúcar. Muitas articulações foram feitas para derrubar o Conselho de Estado. Foi necessária uma revolta entre soldados, tenentes, sargentos e outros membros do baixo escalão do exército dominicano, em 24 de abril de 1965, para que as tensões escalassem ao combate franco.

Naquele dia, no programa de rádio de destaque nacional de José Francisco Peña Gómez, ouviu-se a convocação do povo às ruas em apoio ao grupo de militares. A consignação do grupo era o retorno à Constituição de 1963 e a volta de Juan Bosch à Presidência. Começando no sábado na hora do almoço, a rebelião reuniu populares e grupos de esquerda favoráveis à causa. As primeiras batalhas serviram para impedir que as tropas leais ao governo oligarca

entrassem na capital. O palácio da Presidência foi ocupado e todo o centro da cidade de Santo Domingo já pertencia aos rebeldes. Em meio a esses combates, o nome de Francisco Alberto Caamaño, um jovem militar de uma família próxima ao ex-ditador, se destacou como uma liderança importante.

Foi acordado que, enquanto Bosch não voltasse, Caamaño seria o novo presidente do país e líder da revolução. Na quarta-feira da semana seguinte (28 de abril), os primeiros soldados estadunidenses desembarcavam no país em nome da segurança de seus cidadãos. Caamaño e seus companheiros do “comitê de *transição*” – primeiro nome do governo revolucionário, uma vez que no início imaginavam que a revolta não duraria mais que alguns dias – haviam pedido apoio ao embaixador dos Estados Unidos. Entretanto o retorno de Bosch poderia significar “uma nova Cuba” no Caribe. A luta perdurou até setembro de 1965. Em torno de 30 mil soldados estadunidenses foram mobilizados. Além dos EUA, governos alinhados ao imperialismo como Brasil, Honduras, Paraguai, Nicarágua e Costa Rica enviaram contingentes menores para formar a Força Interamericana de Paz (FIP). Do Brasil partiram 1.300 soldados – o segundo maior contingente enviado ao país⁴. Ambos os lados tiveram muitas baixas, mas os revolucionários se viram numa situação mais fragilizada pela falta de recursos, treinamento e poderio militar. Em setembro foi assinado um acordo que determinou novas eleições em 1966, além da anistia aos revolucionários.

Minha pesquisa investigou a fabricação da noção de *ex-combatentes* enquanto parte dos efeitos da revolução, no contexto da *Fundación de Solidaridad con los Héroes de Abril* (Fusha). A fundação trabalha com a produção de relatos a respeito dos civis ex-combatentes dos bairros operários do período da revolução. Apesar de seus membros serem respeitados por outras organizações e pesquisadores da revolução, suas condições são precárias e a Fusha só foi reconhecida pelo governo dominicano no ano de 2021.

O acontecimento fundante desses agenciamentos (a revolução) é tomado aqui como uma tragédia, no sentido que o antropólogo jamaicano David Scott atribui à Revolução de Granada, em que “a ação trágica costura preocupações com o tempo da reparação justa” (SCOTT, 2014, p. 28). Scott inspira-se nos debates desenvolvidos pela filosofia ocidental e pela teoria política contemporânea a respeito da irredutibilidade da história ao tempo (vice-versa) para expressar a necessidade de compreender questões que envolvem traumas, memória e justiça como partes de uma crise de tempo e experiência temporal (SCOTT, 2014, p. 22)⁵. No caso da ilha caribenha de

4 Honduras enviou 250 soldados, Paraguai, 178, Nicarágua, 159, e Costa Rica, 21 policiais. O menor contingente foi enviado por El Salvador, com apenas três militares.

5 A reflexão do livro de David Scott se aproxima dos temas tratados aqui; é difícil definir somente um ponto de

Granada, Scott descreve a tragédia dos desentendimentos internos de uma revolução socialista que termina com uma invasão comandada pelas tropas de Ronald Reagan. Sua leitura é também informada pela análise que fez em sua obra anterior, dedicada ao clássico *Os jacobinos negros*, de C. L. R. James, a respeito da Revolução Haitiana (SCOTT, 2004) – inspira-se, ainda, nas tragédias gregas, sobretudo nas mudanças da segunda edição dessa obra clássica.

Quanto à ideia de transição, Scott questiona o “autoentendimento ideológico da justiça transicional e sua relação com as circunstâncias numa ordem global liberalizante” (SCOTT, 2014, p. 135, tradução nossa). Ao observar o fim da revolução socialista iniciada em 1979 na ilha de Granada, Scott explora as sequências de fatos que levaram à morte de Maurice Bishop, líder do *New Jewel Movement* (NJM), em 1983. Em seguida, o exército norte-americano invadiu a ilha para controlar os conflitos entre civis e membros das diferentes linhas do movimento libertador. Além de dissolver e controlar o governo, os estadunidenses atribuíram o mando dos crimes políticos a um grupo de 17 ex-dirigentes do NJM. Condenados à época, hoje estão soltos, após as revisões das condenações.

David Scott procurou problematizar as dimensões morais do que foi tomado como um caso de justiça transicional ou de transição bem-sucedido. Classificado como uma “transição política liberalizante”, o caso de Granada é um dos primeiros experimentos dessa engenharia política de transformação de regimes “iliberais”. Aqui ele é tomado como referencial por sua proximidade temporal e geográfica com a República Dominicana. Do mesmo modo, o incômodo com a ideia de transição na crítica de Scott a autoras como Ruti Teitel, uma das criadoras da noção de “justiça de transição”, por conta da forma espetacularizada do julgamento dos “17 de Granada”, é algo que pretendo conservar como pano de fundo. Scott critica a defesa irrefletida do liberalismo como universal civilizacional. E argumenta que a aparente incapacidade de aplicar os critérios da justiça de transição a regimes supostamente democráticos como o dos Estados Unidos (marcado por políticas do mal como torturas e genocídios) expõe a arbitrariedade dessas leituras.

No contexto discreto dessa reflexão, as experiências de Don Jorge Puello Soriano são trazidas de modo a oferecer uma perspectiva crítica a respeito do caso dominicano, em que os seus algozes não experimentaram nenhum tipo de responsabilização por seus atos. Nem a

conexão. Para evitar uma exposição pormenorizada das questões locais ou teorias que o autor trata, portanto, indico que minha inspiração reside na constatação nada ingênua de que tragédias são o resultado de uma pluralidade de ações concatenadas. Da colisão de tais ações, surgem suas justificações e seus efeitos (SCOTT, 2014, p. 22, tradução nossa). Aquilo que Scott chama de “presságios de adversidade” em sua análise da derrocada da Revolução de Granada comportaria um trabalho da significação dos fatos e de modulação semântica que se aproxima das formas de silenciamentos descritas por Trouillot (1995).

violência da revolução de 1965, nem o período de 12 anos de autoritarismo de Joaquín Balaguer foram submetidos à comissões de verdade, memória e justiça. A transição, para David Scott, bem como sua ausência na República Dominicana, ressoa à perspectiva de Michel-Rolph Trouillot diante de palavras como “democracia ou progresso”, que ele chama de “ficções universais do Atlântico Norte” (TROUILLOT, 2003, p. 35). Tais palavras dizem muito mais sobre experiências locais ou particulares. A forma como esses termos e expressões nos afetam está ligada aos processos que Trouillot chama de “geografia da administração” e “geografia da imaginação” (TROUILLOT, 2003, p. 38). Ambas, entrelaçadas em seu funcionamento, fabricam a distribuição espacial de uma administração da imaginação que nos impede de provincializar experiências e palavras (vide “transição”, “democracia”, “liberalismo”)⁶. Isso sem mencionar as situações em que pedidos coletivos de desculpa histórica performados por Estados terminam por produzir uma espécie de “ritual abortivo” (TROUILLOT, 2021), tão comum nas últimas décadas do século XX e no início do XXI (AHMED, 2005).

No caso dominicano, experimentos políticos que não tem o liberalismo nem os Estados Unidos como medida para existir tendem a ser silenciados. Meu esforço é apontar para essa prática de silenciamento como parte da longa história autoritária dominicana. Para entender como Don Jorge se envolve nos movimentos políticos da época, mesmo tão jovem, portanto, vale a pena retornar às redes de relações de seu pai, El Men.

EL MEN, UM HERÓI DA REVOLUÇÃO

Na conversa que tivemos via WhatsApp, Don Jorge não trouxe muitos elementos para um relato substancial sobre seu pai. Por isso utilizarei algumas das histórias que estão nos relatos que Tirso Medrano, presidente da Fusha, fez a partir de sua entrevista com El Men. Como figura que é parte do panteão dos heróis revolucionários de 1965, ele foi entrevistado muitas vezes. Por isso, já há um corpo de informações conhecidas sobre ele.

Jorge Puello Soriano (pai) nasceu em 1925. Durante a ditadura de Trujillo, trabalhava na principal fábrica de sapatos da capital, uma das mais antigas no setor industrial da República

⁶ Aqui me inspiro na discussão empreendida pelas organizadoras da coletânea “Trouillot Remixed”, intitulada “Overture” (2021). Elas relacionam diretamente a ideia de “provincializar a Europa”, do historiador Dipesh Chakrabarty (2000), com o que Michel-Rolph Trouillot fez ao longo de sua obra. O uso do termo é próximo do que propõe o historiador: tomar determinada experiência histórica (do Atlântico Norte) pela sua especificidade e estranhar a sua centralidade para a interpretação e entendimento de acontecimentos em outros lugares.

Dominicana. Jorgito complementava a renda com trabalhos como sapateiro que realizava em casa e desde a infância começou a se vincular a movimentos políticos contrários à ditadura. Como disse meu interlocutor: “era um homem alto, forte e musculoso – de personalidade forte”. Através de alguns conhecidos como Andrés Ramos Guerrero, que lutou com Fidel Castro em Cuba, se conectou aos grupos socialistas do Caribe. Após a morte do ditador Trujillo, El Men decide se filiar ao *Movimiento Popular Dominicano* (MPD), um partido de denominação marxista-leninista criado em Cuba em 1956. Em 1962, ele vai a Cuba para receber treinamento militar. No ano seguinte, apesar de fazer parte de um grupo crítico ao governo liberal de Juan Bosch, El Men, junto com o MPD, se opõe ao golpe de Estado sofrido pelo primeiro presidente eleito no pós-ditadura.

Nessa época, Don Jorge foi se envolvendo com diversas ações do meio de atuação de seu pai: acompanhava reuniões e levava os coturnos feitos por seu pai para costurá-los, antes do envio aos combatentes. El Men foi preso em 1963 por apoiar as guerrilhas que se formaram em oposição ao governo golpista. A principal delas foi o *Movimiento Revolucionario 14 de Junio*, que teve parte de seus guerrilheiros mortos nas montanhas. Esse movimento era composto em sua maioria por jovens de classe média e média alta que fizeram parte da oposição ao ditador Trujillo. O líder, Manolo Tavárez Justo, foi um dos mortos na ação ocorrida em 1963. Ficou conhecido primeiramente por perder sua esposa, Minerva Mirabal, assassinada pelo ditador junto com suas irmãs⁷. Depois da queda de Trujillo, Tavárez Justo se projetou como uma das grandes lideranças do país. Após a morte do líder do *14 de Junio*, a perseguição aos simpatizantes se tornou mais intensa. Don Jorge contou que as primeiras manifestações de que participou foram nesse período. Foi seguindo o movimento pela anistia aos presos políticos que seu envolvimento começou a ganhar contornos mais significativos: passou a prestar mais atenção aos conceitos que permeavam os debates da esquerda dominicana.

El Men foi solto em 1964 e voltou às atividades de mobilização contra o governo do Conselho de Estado. Como afirmei anteriormente, eram muitos os planos para derrubar o governo encabeçado por Donald Reid Cabral. Ainda assim, o estouro da revolução pegou muitos grupos de surpresa. Tirso Medrano relatou a maneira como El Men soube da revolução de 1965:

Estando no pátio da minha casa, por volta das três da tarde, chegaram Marcos Santana

7 A história das irmãs Mirabal repercutiu de tal forma que foi um dos principais fatores que levaram à derrocada do ditador Trujillo. O 25 de novembro de 1960 em que elas foram mortas serviu de referência para a definição do Dia Internacional do Combate à Violência Contra a Mulher. Para uma versão ficcional da história delas, ver Júlia Alvarez (2001).

e Teresa Rojas para me dizer que Peña Gómez estava exortando o povo a se lançar às ruas. Eu era membro do comitê central do MPD, e fui imediatamente à escola Arzobispo Valera, onde começamos a nos reunir Maximiliano Gómez (El Moreno), Otto Morales, Prim Montás, Baldemiro Santana, Pablo Robles, Pachiro e outros membros mais cujo nome não me lembro agora [...], mas eu ainda não tinha armas. No dia 26 de abril, estando na rua Benigno Del Castillo, esquina com Salcedo, vejo que vem um guarda que se via cansado e disse a mim mesmo “esse é o meu fuzil”. Me aproximei dele e disse “irmão, vem cá, você está cansado!” e fiz ele se sentar num *colmado* [boteco/mercearia]. Ofereci um refresco e aí lhe tirei a metralhadora San Cristóbal. Essa foi minha primeira arma. (MEDRANO, 2016).

Os revolucionários se organizaram em grupos chamados *comandos*. Eram agrupamentos quase segmentares, seguindo a lógica das relações interpessoais dos combatentes (grupos familiares, vizinhos, amigos de bairro) e/ou formatos de agregados institucionalizados (partidos, sindicatos, agrupamentos militares). O que importa para a discussão é o diferencial das posições internas nos comandos. Ser o comandante não só oferecia reputação, também colocando à prova a capacidade de liderar combatentes mal treinados, com armas e munições limitadas, diante de boa parte do exército dominicano, das tropas estadunidenses e de alguns destacamentos de outros países latinos (como o Brasil).

El Men foi o *comandante* do “comando do MPD”. Ao longo das batalhas, se firmou como um líder e combatente de respeito. Uma das histórias que contou a Tirso Medrano e Don Jorge também mencionou em nossa conversa ocorreu no dia 6 de maio de 1965, quando um grupo de soldados ianques, com um comboio blindado e um jipe, avançaram sobre a zona constitucionalista (título do território dos rebeldes, uma vez que defendiam a Constituição de 1963). A ordem do líder da revolução, Francisco Caamaño, era abater qualquer estadunidense que entrasse nos perímetros dos revolucionários. El Men habilmente enviou dois motoqueiros para averiguar a situação, descobrir o número de homens e o tipo de armas que levavam. Segundo conta, eram mais ou menos sete soldados, bem armados com metralhadoras calibre 50, um canhão 105 mm no Jipe e fuzis AR-15. O comando do MPD incluía 16 homens com metralhadoras Thompson, San Cristóbal, revólveres Enriquillo e fuzis Mauser.

Apesar da diferença numérica, aspectos relacionados às armas, aos equipamentos e à preparação exigiam cuidado no ataque (como disse o comandante, foi uma briga nas sombras). A guerra de guerrilha se caracteriza por essas táticas de provocação e emboscada para o aniquilamento. O ataque foi rápido; durou menos de 20 minutos, mas foi o suficiente para matar três soldados invasores. Como não houve baixas da parte do comando do MPD, o então presidente Caamaño condecorou El Men por sua astúcia e sua tática. Esse ataque também foi descrito no livro do jornalista Tad Szulc, correspondente do *The New York Times* na época (SZULC, 2015, p. 194).

Ainda na revolução, ele foi convocado a levar a luta para o interior do país. Além de chegar com alguma dificuldade à segunda maior cidade dominicana, Santiago de los Caballeros, foi preso junto com seus companheiros e levado por avião até a base onde estavam os estadunidenses. Lá testemunhou o enorme contingente mobilizado para derrubar o esforço revolucionário: de lá partiam de 20 a 30 helicópteros por dia. Após a revolução, a luta continuou para El Men.

Talvez seja possível dizer que a situação piorou nos anos seguintes. O melhor resumo vem do próprio El Men, quando conta a Tirso Medrano que, depois de 1965, “passava mais tempo preso do que solto”. De tantos golpes que recebeu, terminou a vida cego. Na entrevista ele afirma perdoar a todos os seus detratores em nome do objetivo final de suas lutas, a “torre universal do socialismo”. No livro *De la calle a los estrados por justicia y libertad* (2008), o advogado que defendeu El Men ao longo dos anos Balaguer, Ramón Antonio (Negro) Veras, relata que o ex-combatente foi submetido a todo tipo de humilhação. Chegou a ficar três meses sem ver o sol e recebia alimentos uma vez ao dia. Além das torturas, teve o tempo na sua prisão prorrogado, com a postergação dos julgamentos.

No dia 3 de setembro de 1965, o coronel Caamaño resumiu bem o resultado imediato da revolução em seu último discurso como presidente: “Porque o povo me deu o poder, ao povo venho devolver o que lhe pertence. Não pudemos vencer, tampouco pudemos ser vencidos”. Não pôde permanecer no país, no entanto. Foi “enviado” como embaixador para Londres. As eleições em 1966 foram marcadas pela violência dos grupos articulados com Joaquín Balaguer. Juan Bosch se candidatou novamente, mas, devido às ameaças constantes, decidiu fazer a campanha pelo rádio de sua casa. O resultado foi a eleição de Balaguer e a readequação das estruturas estatais a uma lógica a que já estavam acostumadas.

Como fora o braço direito do ditador Trujillo, Balaguer pôde dar continuidade ao projeto fundado por seu mentor⁸. O uso da força foi realocado para um espaço narrativo tanto mais tecnocrático quanto mais romântico. Balaguer não se preocupava em atuar uma performance de dominância, no sentido de um poder masculino. Ele era a vítima de suas vítimas. Era uma relação esquizoide que fabricou traumas, tragédias e mortos sob um véu de docilidade (retornarei a esse ponto). Trujillo, por sua vez, não demonstrava passividade ou reatividade nesses casos. Era o varão da nação, segundo Lauren Derby (2009).

8 Em minha pesquisa de doutorado, concordo com a análise de Christian Krohn-Hansen sobre esse período conhecido na República Dominicana como “trujillismo sem Trujillo” (KROHN-HANSEN, 2009, p. 2). Apesar de o livro em que escreve sobre essas ligações ter argumentos próximos aos meus, objeto que sua abordagem de uma localidade mais próxima à fronteira sudoeste com o Haiti demandaria questões que fogem ao escopo deste texto. As realidades descritas nesta reflexão pertencem ao contexto da capital, um contexto, portanto, mais urbano.

Na entrevista concedida à Tirso Medrano, El Men, já com 91 anos, pouco tempo antes de seu falecimento, procurou evitar o rancor. Ressaltou o respeito, o reconhecimento de seus inimigos e até de alguns carcereiros entre as muitas histórias contadas. Apesar das entrevistas, dos livros e das comemorações em seu nome, parece que sua trajetória de lutas terminou por ocultar as violências sofridas por seu filho Jorgito.

Em uma matéria publicada no periódico *Acento* de 14 de abril de 2016, que acompanha a foto exposta abaixo, a história de Don Jorge é apresentada a partir do mesmo título dos jornais da época de sua primeira prisão: “O anjinho negro: o menino que foi preso político nos doze anos de Balaguer” (RAMOS, 2016, on-line, tradução nossa). O texto escrito pelo historiador Alejandro Paulino Ramos oferece um exemplo dos efeitos de ocultamento que as ações de Jorgito sofreram. Apesar de falar sobre ele, o texto traz El Men como o grande sujeito de toda a trama de acontecimentos. Para complementar as informações, o historiador se baseou numa entrevista feita pelo Departamento de História Oral do *Archivo General de la Nación* (AGN) em 2015.

Figura 1. El Men numa entrevista, alguns anos antes de seu falecimento



Fonte: site *Acento* (2016).

A ausência de Jorge Puello filho, o sujeito do tema da matéria, seja na ausência de imagens, seja na falta de indicações a respeito de sua vida contemporânea, opera como a consolidação de seu lugar na página de um arquivo ausente. Trouillot comenta que “presenças e ausências corporificadas nas fontes (artefatos e corpos que transformam o evento em um fato) ou arquivos (fatos coletados, tematizados e processados como documentos e monumentos)

não são neutros nem naturais” (TROUILLOT, 1995, p. 48, tradução nossa). O silêncio como processo “ativo e transitivo”⁹, nesse caso, cala sobre a trajetória posterior à primeira prisão de Don Jorge.

A única foto contemporânea da matéria é a de El Men, já com idade avançada. Dirijo minha atenção à voz de Don Jorge a seguir, para compreender as formações do silenciamento em sua experiência.

EL ANGELITO NEGRO

A conversa que tivemos ocorreu depois que voltei ao Brasil. O contato foi facilitado pelo vizinho de Don Jorge (o venezuelano Jesús, que emprestou seu celular para a nossa conversa). Através de uma ligação, ele respondeu durante mais ou menos duas horas a algumas provocações e perguntas. Pedi, de início, que me contasse sobre seu pai e a relação com a militância que herdou dele. Não demorou muito para que contasse alguns de seus sonhos, as lutas que enfrentou e as mudanças de perspectiva que vivenciou a partir do exílio. O enredo de sua narrativa sobre si parece ter sido organizado intencionalmente em três momentos: no primeiro, se envolve com as atividades revolucionárias; no segundo, expande suas visões de mundo, movido pela experiência do exílio; no último, vive a melancolia dos últimos anos de volta à terra natal.

Na introdução, mencionei que, nascido em 1951, um Don Jorge pré-adolescente já participava com seu pai das movimentações políticas que seguiram à morte do ditador Trujillo. Quando estourou a revolução, quis continuar ativo, mas seu pai não permitiu, mesmo que fosse para buscar armas ou ajudar a roubá-las de membros do Estado dominicano. Por isso, quando o conflito aberto de 1965 cessou, Jorgito se envolveu de maneira mais direta com os movimentos estudantis e a organização de células do MPD nas escolas públicas.

Ele descobriu, porém, que suas atividades vinham sendo monitoradas. Em 1967, seu

9 Trouillot estabelece quatro momentos em que os silêncios operam na produção histórica: na criação do fato (elaboração de fontes); na composição do fato (elaboração de arquivos); na recuperação dos fatos (elaboração de narrativas); e na significância retroativa, a elaboração da história em última instância (TROUILLOT, 1995, p. 61). Ele chega a essas sínteses depois de propor uma teoria da narrativa histórica que compreenda processo e narrativa. Nos materiais produzidos com Jorgito, o filho, há tanto os momentos de elaboração das fontes como sua significância retroativa. Ou seja, não pude acompanhar diretamente a elaboração dos arquivos nem a recuperação dos fatos em narrativas.

pai decide tirá-lo do país, para que continuasse seus estudos em Cuba. Eles organizaram em segredo uma viagem rumo à França, de onde tomariam o voo para Cuba. No entanto, quando arrumavam as malas para partir, um espião da inteligência do governo os seguiu e alertou as autoridades. Don Jorge foi retirado de dentro do avião com outros dois revolucionários adultos, companheiros de seu pai. Sua mãe, que desconhecia os planos, descobriu pela rádio que o filho fora preso.

Em sua bagagem havia documentos sobre a esquerda dominicana, a ser entregues a membros de organizações socialistas e comunistas europeias. Foram utilizados por Balaguer para denunciar o MPD e outras organizações de ferir a soberania nacional. Em fevereiro de 1967, o então presidente fez uma declaração em que acusava os membros do partido de aliciarem jovens como o “*Angelito Negro*”. Ao me contar da repercussão nacional de sua prisão, Don Jorge explica que foi um acontecimento *apoteótico* em sua vida. Para ele, Balaguer, com sua habilidade de comunicador e intelectual, se utilizou do eufemismo “*angelito*” para expressar o que na verdade queria dizer: “*diablito*” (diabinho)¹⁰. A pretensão de suavizar as acusações voltadas ao menino foi bem-sucedida – o que preocupava eram os “comunistas maus”, aliciadores de crianças; nesse meio, o presidente autoritário seria a vítima.

Essa história é recuperada no texto de Alejandro Paulino Ramos. Aliás, consolida-se nessa recuperação um certo congelamento da primeira prisão de Don Jorge no conjunto de eventos dessa época, um confortável lugar no passado que parece não incomodar o presente. Diferentemente da imagem trazida acima, do velho revolucionário El Men ativo, mesmo cego, Jorgito parece ter se tornado um tema do passado. Algo do uso dessas imagens parece reiterar aquilo que os próprios apelidos indicam: El Men, “o cara” ou “o homem” ainda passível de representação; por outro lado, Jorgito, um pequeno anjo negro quando foi preso, surge como um quadro do passado, irrelevante para o presente. Do mesmo modo, os opositores da atuação de cada um deles indicam tipos distintos de disposição corporal: El Men contra Trujillo (uma disputa masculinizada, de varões); e Jorgito contra Balaguer (ambos menos vigorosos que seus antecessores, supostas “vítimas do comunismo” na época do embate).

10 Na conversa, ele mencionou outras situações em que sua habilidade com as palavras mobilizou justificativas para o uso da força para manter a ordem: a morte de Francisco Caamaño em 1973, também nas montanhas, reunindo guerrilheiros para derrubar o regime, quando o ditador disse que “não havia prisão grande o suficiente para recebê-lo”; e o assassinato do líder estudantil universitário Orlando Martínez, cujos artigos jornalísticos “não o deixavam trabalhar”.

Figuras 2 e 3 – Capa do jornal *El Nacional* após a primeira libertação de Jorgito (1967); ficha da detenção de Jorge Puello (2016)



Fonte: site *Acento* (2016).

A imprensa da época se surpreendeu com a capacidade do pequeno Jorgito de mobilizar conceitos marxistas como a dialética para justificar seu envolvimento nas atividades do MPD. No mesmo ano, Jorge Puello voltou a ser preso e passou a ser torturado “por até 4 horas, com golpes na cabeça”, como me disse. Dos 15 aos 18 anos, foi preso diversas vezes, e na maioria das vezes quem o torturava era o chefe do serviço secreto. Esses detalhes, ausentes da matéria do site *Acento*, reiteram a continuidade da violência dos anos de Trujillo no período Balaguer – uma violência especialmente direcionada a corpos negros.

À medida que as detenções ocorriam, como Don Jorge também me descreveu, maior era sua ligação com as discussões da esquerda dominicana naquele período. Para ele, o principal intelectual operário que se produziu dentro das estruturas do MPD foi Maximiliano Gómez El Moreno, “*obrero, negro y muy humilde*”, conforme me descreveu. As ideias de El Moreno, que defendiam a nacionalização das problemáticas marxistas para o contexto dominicano, foram a maior inspiração de Jorge em seus anos de formação. Após a morte de Che Guevara em 1967, a tática dos focos revolucionários já não bastava, segundo o pensador. Era necessário forjar alianças estratégicas com outros setores para derrubar o ditador, ultrapassando as querelas entre

maoístas e leninistas. Sua tese era de que o país vivia em um “subdesenvolvimento econômico híbrido”, formado pelo capitalismo desenvolvido, o protocapitalismo e o semifeudalismo. As críticas ao que El Moreno chamou de colonialismo ideológico da esquerda dominicana chegaram à “alma e ao coração”, me disse Jorge Puello. Inspirado por essas ideias, ele continuou trabalhando para o MPD, ao longo da segunda metade da década de 1960, organizando a *Unión de Estudiantes Revolucionários* (UER).

Em 1969, esteve encarcerado na famosa La Victoria, prisão criada por Trujillo onde também estava El Moreno. Nessa ocasião, os membros do partido sabiam que a prisão do líder era uma estratégia do regime balaguerista para matá-lo. Em resposta, sequestraram o embaixador estadunidense Joseph Crowley, demandando que os membros do partido presos fossem enviados a Cuba. Antes que as negociações terminassem, Jorge conseguiu um *habeas corpus*.

Uma vez fora da cadeia, ele tentou articular um grupo paramilitar. Seu pai, que estava no interior, mobilizando e organizando grupos sindicais no norte do país, onde se produz tabaco, mandou buscar Jorge, para que se escondesse por um tempo fora da capital. O início dos anos 1970 foi marcado por uma escalada da violência do regime de Balaguer, e a resposta de seus opositores também mudou de tom. Em 1973, com a morte de Caamaño, houve muitas divisões no MPD. Em sua última prisão, nesse mesmo ano, Don Jorge foi deportado para a França. Um novo horizonte de expectativas começara a se desenhar a partir dessa mudança em sua trajetória.

Meu interlocutor foi para a França com três ou quatro companheiros. Como o partido estava mais organizado na Itália, eles foram para lá depois de três meses. Como delegado, ele participava da estrutura internacional do partido e enviava informes para o MPD na República Dominicana. Ele não detalhou sua saída dos quadros do partido. Somente explicou que já não via mais sentido na militância longe do país e que havia passado muitos anos discutindo as mesmas ideias.

Nessa época, se vinculou à contracultura italiana e acompanhou a chegada das ideias do guru Osho no país, sem se engajar na organização destes movimentos. Envolveu-se com expressões artísticas como o teatro e a música. Andava sempre com um bongô, o que o levou a ser convidado para participar de um grupo de salsa, a convite do equatoriano Juan Lopez, que conheceu numa festa. No grupo, cantava e dançava. Juntos fizeram apresentações em diversos lugares da Itália e da Europa. Com a popularidade, também conseguiu trabalhos como professor de salsa. Disse-me que, por ser negro, chamavam-no para muitos trabalhos – para além desses, se sustentava como cozinheiro, lavador de carros, professor de espanhol e atendente de livraria. Entre essas diversas atuações, chegou a aparecer na televisão na época em que vivia na região

de Milão.

No início dos anos 1980, foi da Itália para o México e se apaixonou pelo país e sua cultura indígena. Foi quando, conforme me disse, o “bichinho da viagem” o picou. Foi para Guatemala, onde conheceu argentinos com os quais montou um grupo musical. Com eles foi até Honduras; de lá, partiu sozinho para a Nicarágua, descendo até o Panamá, passando pela Costa Rica. Do Panamá, voltou brevemente para a República Dominicana, em 1981, nessa época governada por António Guzmán Fernández, do Partido Revolucionário Dominicano (PRD), primeiro partido de Juan Bosch. Foi o primeiro governo eleito depois do domínio de Balaguer, que saiu como se os 12 anos no poder tivessem sido legítimos. Naquele momento, a economia dominicana já estava completamente comprometida com o capital de empresas multinacionais. A tentativa balaguerista de fortalecer a burguesia industrial nacional – que o sociólogo Wilfredo Lozano (2018) chamou de “reformismo dependente” – terminou por vincular forças econômicas estrangeiras à burguesia financeira.

Como muitos dominicanos nesse período, Don Jorge foi a Nova Iorque, após conseguir o visto que lhe havia sido negado enquanto estava no México. Ao passar o final de 1981 nos Estados Unidos, desistiu de morar lá por causa do frio. Em 1982, voltou ao México, onde morou por três anos, quando lhe saiu a “veia de compositor e pintor”. Em 1985, voltou a seu país de origem e lá permaneceu até março de 1987. Joaquín Balaguer havia retornado ao poder após o desastroso governo de Salvador Jorge Blanco (que sucedeu a Guzmán e era do PRD). Nesse período culminaram os efeitos das políticas urbanas iniciadas no final dos anos 1960, com crise econômica e de abastecimento nas grandes cidades dominicanas. De 23 a 26 de abril de 1984, uma revolta tomou conta da população da periferia da cidade de Santo Domingo, no que talvez tenha sido a maior manifestação de insatisfação política das últimas décadas do século XX no país.

Um amigo porto-riquenho de Jorge Puello o convidou para tocar em Toulouse, na França. Como a passagem estava paga, decidiu ir. Não foi uma boa viagem, no entanto. De lá ele foi para a Espanha, voltou a Itália e se estabeleceu por um tempo na ilha de Sardenha. Trabalhou como músico e professor de dança. Tentou voltar ao México em 1991, mas só pôde visitar o país por alguns meses, por não conseguir o visto de permanência. Retornou à República Dominicana no mesmo ano, passando antes pela Europa. Ficou lá até novembro de 1992, quando um amigo conseguiu o contato para a residência no México. Porém, conforme me disse, “já não era a mesma coisa”. Com a crise da produção da tequila e o levante zapatista em 1994, o clima do país estava muito tensionado. Dessa vez, voltou para ficar 23 anos na terra de seu pai.

Quando lhe perguntei em que situação havia conhecido Tirso (o presidente da Fusha),

me respondeu que o conheceu provavelmente em 1985. Foi durante algum evento promovido por ONGs, como o *Octubre Mulato* (outubro mulato). O presidente da fundação era então somente um poeta e participava dos eventos como declamador. Conheceu-o, pois, “coincidem em lugares”. Demoraram alguns anos até que se aproximassem e compartilhassem o interesse comum nos eventos da revolução de 1965.

Em nossa conversa, a volta à República Dominicana soou como um momento menor. Dentre as tantas coisas extraordinárias que haviam acontecido à Jorge Puello, aquela parecia a menos interessante. Voltou ao país ainda governado pelo homem que causou seu exílio, Joaquín Balaguer, cego, já com 90 anos (ironicamente, situação similar à de seu pai nessa idade, anos depois). A passagem dos anos 1990 para a década de 2000 só é mencionada por Don Jorge como o momento em que buscou o Estado dominicano para conseguir apoio para seus projetos artísticos (enviou currículo e propostas). Foi estranho voltar como um desconhecido a um país que começara a sentir os efeitos das reformas neoliberais e seus ajustes estruturais, impostos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. Parecia que já não havia mais lugar para os sonhos de uma sociedade mais justa.

A relação com Tirso se fortaleceu de 2015 em diante, conforme me explicou. Isso coincidiu com a criação da fundação, com as buscas por ex-combatentes da revolução e a entrevista com El Men. Mas, diferentemente dos órgãos estatais de produção de arquivos como o AGN, Tirso projetou a possibilidade de reparações e financiamentos do governo para o projeto da fundação. Don Jorge, apesar de não ter lutado nas linhas de frente da revolução, recebeu um certificado de Herói, como tantos outros combatentes. Desse modo, o presidente da Fusha operou uma importante extensão dos significados da Revolução de Abril de 1965.

Se a vida de Jorge Puello, tomada como um ato sacrificial em nome da criação de condições de vida mais justas no país, podia ser compreendida como a trajetória de um herói, então o próprio sentido da revolução se estendera. Mas outras permanências também ficam mais aparentes. O que se passa de um ano ao outro (de 1965 a 1966), não é a instauração de um novo regime. O Estado dominicano teve sua lógica autoritária suspensa por alguns meses em 1963. Com Balaguer, o argumento foi mantido para o uso da violência: a preocupação com a manutenção da ordem e do progresso. A articulação com a oligarquia, tática para evitar golpes de Estado, foi restabelecida, e os setores da burguesia e do exército foram fundamentais para a manutenção de Balaguer no poder (LOZANO, 2018).

O que foi alterado no estado de espírito daqueles que sofreram com o fim da revolução foi a necessidade de continuar a luta através de articulações e movimentos organizados. Assim, parece que a extensão operada por Tirso com o trabalho da Fusha ata laços que pareciam

desfeitos, os elos entre a revolução e a luta para derrubar o regime autoritário de Balaguer. E ele faz isso quando dá espaço a Jorge Puello para contar sua história e ser visto como herói (já conhecido, porém esquecido).

A socióloga Laura Faxas (2007) desenvolveu uma análise conjuntural desse contexto, considerando as linhas de permanências dos anos 1960 aos anos 1990. Para ela (FAXAS, 2007, p. 159), a derrocada da revolta popular de 1984 significou a morte do que chamou de “mito populista” dominicano. O retorno de Balaguer em 1986 o manteve no poder até 1996. Para tanto, foi necessário fraudar as eleições de 1990, quando José Francisco Peña Gómez, candidato do PRD (o mesmo que fez o chamamento via rádio para a revolução), era considerado o favorito. Nessas eleições, também era candidato Juan Bosch, pelo partido que criou em 1973, o *Partido de la Liberación Dominicana* (PLD), que fez eco às acusações da fraude de Balaguer.

Era um momento em que as organizações da sociedade civil estavam mais bem organizadas e menos suscetíveis aos arroubos autoritários, situação também causada pela perda de força organizativa dos setores militares e da fraca articulação com a classe política. O PLD, que teve quadros de centro-esquerda durante sua formação, herdou, num primeiro momento, a desconfiança de Bosch do imperialismo norte-americano. No pleito de 1994, Peña Gomez quase foi eleito. Balaguer venceu pela terceira vez seguida, o que gerou uma enorme crise política, cuja resposta foi um acordo que estabeleceu a necessidade de uma reforma eleitoral e um mandato de dois anos (para o candidato supostamente eleito). As eleições de 1996 foram as primeiras que tiveram segundo turno e não incluíram o direito à reeleição. Peña Gomez concorreu no segundo turno contra o candidato do PLD, o jovem intelectual Leonel Fernandez. Ele foi eleito com a articulação e o apoio de Balaguer, que iniciou o novo ciclo da economia política dominicana mantendo seu protagonismo: encerrando o período que ele próprio criou, deixou como legado o cinismo clientelista da classe política e o neoliberalismo como modelo econômico¹¹.

Fernandez e o PLD dominaram a vida política institucional nas décadas seguintes, até as eleições de 2021. Seu sucessor nesse período, Danilo Medina, do mesmo partido, foi o responsável pelas celebrações vultosas à memória da revolução no cinquentenário de 2015.

11 Há que se dizer também que esse projeto inclui a manutenção de brancos na cadeira presidencial. Fernandez não é um homem branco, mas os acenos que fez a Washington antes da eleição e o fato de ter um diploma universitário o colocavam num lugar objetivamente branco na sociedade dominicana. Ademais, ganhar de José Francisco Peña Gómez – o único candidato negro dos últimos 50 anos a ter reais chances de vitória – é um ponto relevante. O parentesco haitiano de Peña Gomez foi sempre tomado como sua maior debilidade eleitoral. O sociólogo Franklin Franco observa comparativamente, em entrevista de 1979, que tanto Bosch quanto Balaguer vinham de famílias estrangeiras (FRANCO PICHARDO, 2003, p. 131), portanto ser negro de origem haitiana era um impeditivo para Peña Gómez.

Não é preciso repetir que muitos dos ex-combatentes da periferia não foram lembrados.

Na perspectiva de Don Jorge, sua relação com a fundação quando conversamos em 2020 estava “um pouco fria”. Não é surpreendente que as condições que se desenharam nos anos da pandemia tenham afetado de maneira aguda a estrutura da fundação, que já era precária. As atividades dessa organização funcionam através de doações. As reparações mínimas que operam advêm de pequenos gestos como a entrega de cestas de Natal no fim do ano, o pagamento de remédios, a impressão dos certificados de heróis e a divulgação das histórias nas redes sociais. Entre os futuros sonhados do passado, a inconstância que impedia a adaptação a novos lugares e as melancolias da volta ao seu país, esse projeto de reparação¹² também pode frustrar as expectativas do antigo militante do MPD. E, ainda assim, é nas páginas da rede social da fundação que sua imagem circula (ver abaixo) – entre os “relatos de heróis anônimos” da Revolução de Abril de 1965. Essa forma de herói que habita os oxímoros do poeta Tirso Medrano carrega outras versões possíveis do que foi o tempo de Balaguer e de suas silenciosas permanências.

Figura 4. Don Jorge, como membro da fundação, circulando em relato e imagem pelas redes (tanto na página “Fundación”, como na página “Relatos”)



Fonte: Fusha (2020).

¹² Da forma como a compreendo, a relação da Fusha com o Estado carrega diversos tipos de ambiguidade. É um agrupamento que passou a ser reconhecido pelo Ministério da Cultura como fundação no final de 2021, entrando no orçamento geral da pasta para o ano seguinte. Em 2022, Tirso Medrano tem organizado tertúlias para divulgar as histórias de ex-combatentes, contadas por eles próprios.

SILENCIAMENTOS E A TRANSIÇÃO INACABADA: À GUIA DE CONCLUSÃO

*La libertad como un antiguo espejo
roto en la luz, se multiplica más,
y cada vez que un trozo da un reflejo
el tiempo nuevo le repite al viejo:
Ni un paso atrás.
Pedro Mir, Ni un paso atrás (1995)*

Na recuperação da história de Don Jorge por Alejandro Paulino Ramos feita em 2016, o historiador se utiliza do material gravado pelo AGN que faz parte de um projeto de história oral. Durante minha pesquisa em 2019, contatei os pesquisadores que estiveram à frente desse projeto, chamado Vozes de Abril. Apesar de as entrevistas serem bem-feitas e tratarem de questões pertinentes, muitos de seus entrevistados que conheci em campo sentiam que aquele esforço havia sido em vão. Não são arquivos de fácil acesso e não levaram a uma mobilização pelo reconhecimento nem pela reparação das violências sofridas. Terminam, portanto, por contribuir para a manutenção de silêncios.

As histórias de El Men também suscitam questões, quando confrontadas com a trajetória de seu filho no artigo escrito por Ramos. Ele certamente teve seu reconhecimento em vida, ao contrário do que ocorreu com o filho, até ser interpelado pelos membros da Fusha. Parece-me que essas histórias evidenciam a consolidação de um herói, no sentido reservado aos grandes homens da República Dominicana¹³. Ademais, o fato de ser um homem negro fica praticamente em segundo plano nos relatos sobre ele – talvez não chegue a ser um caso tão acintoso de branqueamento como o descrito por Ramírez (2018) a respeito da poetisa dominicana do século XIX, Salomé Ureña. Mas certamente há algo que o diminui da mesma maneira que diminui Maximiliano Gómez – descrito por Jorgito como “negro, operário e humilde” – diante de outros nomes como Caamaño e Bosch (ambos brancos). É como se fossem personagens coadjuvantes da luta contra o autoritarismo de Balaguer nos anos 1970.

Diante desse quadro mais amplo de silenciamento, vale a pena retornar à questão das

13 Nesse aspecto, a reflexão de Dixa Ramírez (2018) oferece uma análise da lógica dos “grandes homens” na República Dominicana no terceiro capítulo do livro *Colonial phantoms*, especialmente a dos homens brancos, como Bosch e Caamaño. Não me parece uma coincidência ela ter focado, entre outras coisas, no monumento *Faro a Colón*, em homenagem a Cristóvão Colombo, que fez parte das grandes obras do projeto urbano-cultural de Balaguer.

torturas sofridas por Don Jorge em sua adolescência. Sua capacidade de enunciá-las, ainda que sem detalhes, é enquadrada por motivações maiores que seu próprio corpo negro (SARTI, 2019) como parte da luta pelo socialismo. Se sua prisão tivesse ocorrido secretamente ou se não tivesse deixado nenhum registro, a posição de desamparo em que ele se encontra hoje talvez fosse concebível. No entanto, suas primeiras detenções foram noticiadas em cadeia nacional. Com o passaporte dele em mãos, Balaguer justificou-se num pronunciamento para todo o país, culpando-o como “futuro arquiteto do comunismo”, de novo se construindo como vítima ou possível alvo. Apesar disso, era Balaguer que atuava como arquiteto do futuro neoliberalismo dominicano, levando consigo o projeto de branqueamento do ditador Rafael Trujillo.

Trabalhei com mais detalhe a passagem para o período do PLD no poder em outra discussão (CASTILLO DE MACEDO, 2021b), em que expus como Balaguer encerra o governo de 12 anos procurando estimular a substituição de importações. Esse movimento leva ao fortalecimento das grandes multinacionais no território dominicano. Quando volta em 1986, eleito por um conchavo de setores do catolicismo internacional, convida para ocuparem pastas de seu governo diversos nomes da contrarrevolução de 1965 (Donald Reid Cabral e os militares António Imbert e Elías Wessin y Wessin). Independentemente da permanência dos mesmos homens brancos no poder – Joaquín Balaguer fica no cargo até 1996 –, a década de 2000 consolida a privatização da previdência social e o estabelecimento da capitalização individual como regra para a aposentadoria. A derrota revolucionária de 1965 parece ter sido a primeira de uma série distribuída na segunda metade do século XX. Essas derrotas culminam na ausência de reparação e assistência social para ex-combatentes idosos.

Ao longo do artigo, procurei apresentar fragmentos das vidas de El Men e Jorgito como fontes de reflexão sobre processos de silenciamento como ausência de transição política no caso dominicano. Partindo de um sobrevoo por acontecimentos daquilo que se compreende como história dominicana, procurei localizar os leitores. Um aspecto comum a diversas experiências de outros países caribenhos e latino-americanos é a interferência de forças estrangeiras, coloniais ou imperialistas em assuntos nacionais. O golpe brasileiro de 1964, por exemplo, também está relacionado ao medo americano de uma “nova Cuba” – depois, é o Exército brasileiro que auxilia a invasão estadunidense na República Dominicana.

As especificidades se desenham nas personagens e nos efeitos que têm na vida dos diferentes estratos da população. Assumi os perigos do reducionismo em minha descrição para ressaltar o caráter violento que permanece no cotidiano dominicano entre um ditador e outro, de Trujillo a Balaguer. Busquei destacar especialmente como duas gerações de uma família, pai e filho, são submetidas ao mesmo tipo de violência, embora em diferentes graus, ao longo das

transformações institucionais que afetaram o país num curto espaço de tempo. Em contrapartida, ambos são construídos nas narrativas da fundação como heróis, apesar dos itinerários distintos.

A relação entre eles, trazida pela leitura de Don Jorge, não deixa de ter seus conflitos, apesar do engajamento político em comum – El Men evitou que Jorgito se radicalizasse e pegasse em armas e desde sua juventude articulou planos para tirá-lo do país. A própria condição de nosso contato, no âmbito da fundação, talvez não lhe permitisse falar mais sobre suas discordâncias com o pai. Afinal, ele era um herói da revolução.

Exceto pelas evidentes características específicas aos heroísmos revolucionários, este texto poderia ter descrito histórias de um pai e um filho colombianos, brasileiros ou haitianos. A sensação de que a democracia idealizada não se concretizará é constante para as populações negras dos países latino-americanos e caribenhos. Talvez palavras como “silenciamento”, a que o haitiano Trouillot (1995) deu tanta ênfase em sua obra mais conhecida – possam compor novas gramáticas e práticas de pesquisa para pensar “transições políticas” periféricas.

*

Meu convívio com Jorge Puello segue através de nossas redes sociais. Vi-o passar por momentos difíceis durante o primeiro ano da pandemia de Covid-19 em 2020. No entanto, parece que no segundo ano, após as primeiras doses das vacinas distribuídas na República Dominicana, o filho do grande El Men se reinventou. Numa postagem do dia 4 de abril de 2021, em uma de suas redes, uma foto o mostrava conduzindo, segundo a descrição, uma aula de dança e consciência rítmica para um grupo de crianças do bairro periférico de Villa Mella. Ao longo do ano, outras fotos dessas novas danças foram aparecendo. Por enquanto, parece que seus passos encontraram novos ritmos e outras formas para seguir resistindo.

REFERÊNCIAS

1. ACEVEDO, Anthony Stevens. **The Santo Domingo slave revolt of 1521 and the Slave Laws of 1522: black slavery and black resistance in the early colonial Americas.** New York: CUNY Dominican Studies Institute – Research Monograph, 2019.

2. AHMED, Sara. The politics of bad feeling. **Australian Critical Race and Whiteness Studies Association Journal**, Melbourne, v. 1, p. 72-85, 2005.
3. ALVAREZ, Julia. **No tempo das borboletas**. São Paulo: Editora Rocco, 2001.
4. BONILLA, Yarimar; BECKETT, Greg; FERNANDO, Mayanthi. Overture. Trouillot Remixed. *In: Trouillot remixed*. The Michel-Rolph Trouillot reader. Durham: Duke University Press, 2021. p. 14-49.
5. CARUSO, Raimundo. **A invasão brasileira de 1965 e a guerra de Santo Domingo**. São Paulo: Ícone, 1988.
6. CASTILLO DE MACEDO, Victor Miguel. **As multiplicidades dos Héroes de Abril**: tempos, historicidades e modos de fazer ex-combatentes da Revolução de 1965 na República Dominicana. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021a.
7. CASTILLO DE MACEDO, Victor Miguel. Dom e reparação no capitalismo tardio da República Dominicana. *In: 45º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduações em Ciências Sociais. Anais [...]*. On-line, ANPOCS, 2021b. p.1-25.
8. CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: postcolonial thought and historical difference. New Jersey: Princeton University Press, 2000.
9. DAS, Veena. **Critical events**: An anthropological perspective on contemporary India. Delhi: Oxford University, 1995.
10. DERBY, Lauren (Robin). **The dictator's seduction**: Politics and popular imagination in the era of Trujillo. Durham: Duke University Press, 2009.
11. ELLER, Anne. **We dream together**: Dominican independence, Haiti and the fight for Caribbean freedom. Durham: Duke University Press, 2016.
12. FAXAS, Laura. **El mito roto: sistema político y movimiento popular en la República Dominicana 1961-1990**. México D.F.: Siglo XXI: Fundación Global Democracia y Desarrollo: Flacso República Dominicana, 2007.
13. FICO, Carlos. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
14. FRANCO PICHARDO, Franklin. **Sobre racismo y antihaitianismo (y otros ensayos)**. Sociedad Editorial Dominicana: Santo Domingo, 2003.
15. HOFFNUNG-GARSKOF, Jesse. **Historia de dos ciudades**. Santo Domingo y Nueva York después de 1950. Santo Domingo: Academia Dominicana de la Historia, 2013.
16. KROHN-HANSEN, Christian. Construction of Dominican State power and symbolisms

- of violence. **Ethnos: Journal of Anthropology**, v. 62, n. 3/4, p. 49-78, 1997.
17. KROHN-HANSEN, Christian. **Political authoritarianism in the Dominican Republic**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
 18. LOZANO, Wilfredo. El Gobierno de los Doce Años: 1966-1978. Entre el autoritarismo y la reforma conservadora. *In: Historia General del Pueblo Dominicano*. Santo Domingo: Academia de la Historia Dominicana, 2018. t. 6. p. 187-276.
 19. MEDRANO, Tirso. Relato de Jorge Puello Soriano (El Men). Santo Domingo, 18 de maio de 2016. **Fundacion de solidaridad com los heroes de abril 1965**. (Página do Facebook). Disponível em: <https://bit.ly/3PtXEQD>. Acesso em: 28 de mai. 2019.
 20. MINTZ, Sidney. Encontrando Taso, me descobrindo. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 45-59, 1984.
 21. RAMÍREZ, Dixa. **Colonial phantoms**. Belonging and refusal in the Dominican Americas, from the 19th Century to the Present. New York: New York University Press, 2018.
 22. RAMOS, Alejandro Paulino. El Angelito Negro: el niño que fue preso político en los doce años de Balaguer. **Acento**, Santo Domingo, 12 de abril de 2016. Disponível em: <https://acento.com.do/politica/angelito-negro-nino-fue-presos-politico-los-doce-anos-balaguer-8339402.html>. Acesso em: 28 mai. 2019.
 23. SARTI, Cynthia. Enunciações da tortura: memórias da ditadura brasileira. **Revista de Antropologia**, São Paulo, 2019. p. 505-529.
 24. SCOTT, David. **Conscripts of modernity**. The tragedy of colonial enlightenment. Durham: Duke University Press, 2004.
 25. SCOTT, David. **Omens of adversity**. Tragedy, time, memory, justice. Durham: Duke University Press, 2014.
 26. SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
 27. SZULC, Tad. **Diario de la Guerra de Abril**. Santo Domingo: Academia de la Historia, 2015.
 28. TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past: power and the production of history**. Boston: Beacon Press, 1995.
 29. TROUILLOT, Michel-Rolph. North Atlantic fictions: global transformations, 1492-1945. *In: Global transformations: Anthropology and the modern world*. New York: Palgrave Macmillan, 2003. p.29-47.
 30. TROUILLOT, Michel-Rolph. Abortive rituals: Historical apologies in the global era. *In: BONILLA, Yarimar; BECKETT, Greg; FERNANDO, Mayanthi (eds.). Trouillot*

remixed. The Michel-Rolph Trouillot reader. Durham: Duke University Press, 2021. p.386-406.

31. VERAS, Ramon Antonio. **De la calle a los estrados por justicia y libertad.** Santo Domingo: Archivo General de la Nación, 2008.

Victor Miguel Castillo de Macedo

Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador de Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6923-0734>. E-mail: victormcmacedo2@gmail.com